



## Senado recebe proposta da divisão de recursos do pré-sal

Segundo o deputado Domingos Sávio, relator do substitutivo aprovado na Câmara, governadores e prefeitos acompanharam o debate para que se pudesse chegar a consenso

O projeto que define o rateio de parte dos recursos do pré-sal entre estados e municípios foi lido ontem em Plenário e em seguida encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos. A expectativa é que o texto ganhe urgência.

O leilão está marcado para 6 de novembro. O dinheiro a ser dividido é uma parte do bônus de assinatura, que totaliza R\$ 106,56 bilhões. Desses recursos, a Petrobras ficará com R\$ 33,6 bilhões e o restante com União (67%), estados (15%) e municípios (15%). Os estados confrontantes à plataforma continental onde ocorre a extração receberão mais 3%. **3**



Exploração do pré-sal na Bacia de Santos: estados que hospedam plataformas em seus litorais receberão mais 3% dos recursos a serem arrecadados com o leilão

### Debate propõe aperfeiçoar agricultura sustentável

Em audiência da Comissão de Meio Ambiente, especialistas disseram que o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

(Plano ABC) é eficiente, mas precisa ser aperfeiçoado. A política prevê ações do governo para fomentar o uso de tecnologias sustentáveis e

incentivar a manutenção da renda via atividade agrícola e é um dos compromissos assumidos pelo Brasil para reduzir emissões de gases. **4**



Contarato (3º à esq.) ouviu sugestões do professor Raoni Rajão para melhorar sustentabilidade na agricultura

### Começa discussão em segundo turno da reforma da Previdência

O Plenário realizou ontem a primeira das três sessões de discussão da reforma da Previdência, antes da votação definitiva em segundo turno. A maioria dos senadores ocupou a tribuna para

criticar a proposta, principalmente em temas como aposentadoria especial, idade mínima para mulheres e prejuízos aos trabalhadores mais pobres. Simone Tebet defendeu a PEC. **3**

### Em audiência, famílias de vítimas de zika criticam MP que cria restrição em pensão

Em audiência de comissão mista, debatedores afirmaram que a maior parte das crianças com microcefalia causada pela zika que afetou as mães na gravidez é de famílias de baixa

renda. Elas criticaram a medida provisória que determina que, para receber a pensão vitalícia para as crianças, as famílias terão de abrir mão do Benefício de Prestação Continuada. **2**

### Ministros falarão sobre vazamento de óleo no Nordeste **2**

### Vetado registro de indícios de violência contra a mulher **2**

### Avança proposta que tipifica crime de ecocídio **4**

### Comissão aprova indicados para Turquia, Eslováquia e Barbados

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem os indicados aos cargos de embaixador na Turquia, Carlos Ceglia, na Eslováquia, Eduardo Gradilone, e em Barbados, Vera Campetti.

Os candidatos foram sabatinados na comissão e agora terão que ser aprovados em Plenário para que possam assumir os postos. **4**



Carlos Ceglia, Eduardo Gradilone, senador Nelsinho Trad e Vera Campetti durante sabatina na comissão

# Famílias criticam restrição em pensão a vítimas de zika

Maior parte das crianças com microcefalia causada pela zika é de famílias de baixa renda. Se quiserem receber a pensão vitalícia para as crianças, elas terão de abrir mão do Benefício de Prestação Continuada

**FAMÍLIAS DE CRIANÇAS** com problemas causados pela síndrome congênita do vírus da zika, como microcefalia e atrasos no desenvolvimento, pediram mudanças na medida provisória que propõe regras para concessão de pensão especial vitalícia de um salário mínimo às vítimas do surto. Segundo parentes das crianças, que participaram ontem de audiência pública na comissão mista que analisa a MP 894/2019, os critérios para concessão do benefício são restritivos e impedem a reparação de parte das vítimas.

O texto recebeu 144 emendas e, ao menos pelas manifestações de parlamentares que participam da audiência, a MP terá mudanças importantes. Um dos pontos que tem grandes chances de ser alterado é o que trata do limite temporal. Pelo texto, só tem direito à pensão quem nasceu entre 2015 e 2018, durante o surto de zika. No entanto, mais crianças nasceram com microcefalia e outros sintomas da síndrome fora do período mais crítico.

— O surto acabou, mas não pararam de nascer crianças com a síndrome. Em Alagoas, temos casos de crianças deste ano. Nada foi feito para melhorar o saneamento básico, a água potável e todas partes que podem controlar o vetor — apontou a presidente da



Ao lado de Elyana Matos e Diego Garcia Alessandra Hora fala em debate

Associação das Famílias de Anjos de Alagoas, Alessandra Hora, avó de criança com microcefalia.

A ajuda financeira será destinada apenas a famílias de baixa renda, que já recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o que segundo a representante da ONG aBRAÇO a Microcefalia, Elyana Matos, vai deixar cerca de 20% das crianças desassistidas.

— São muitas as despesas que suportamos como mães e pais de crianças com microcefalia: alimentação especial, fisioterapia, deslocamento, escola inclusiva. Minha despesa chega a R\$ 1,3 mil por mês com farmácia e medicamentos.

A pensão vai substituir o BPC, auxílio de um salário mínimo concedido nos três primeiros anos das crianças e não pode ser acumulado com indenizações pagas pela União. Para a representante da Associação de Familiares

por Direitos e Apoio (Lótus), Thamires Sanfersil, a impossibilidade de acumular é, na prática, benefício algum, já que muitas famílias dependem do BPC.

Diante das queixas, Eduardo Girão (Podemos-CE), afirmou a situação fiscal é difícil, mas o Congresso tem o dever de corrigir as distorções. Styvenson Valentim (Podemos-RN) concordou:

— Entendo que o presidente fez a MP com boa intenção, mas existe necessidade de modificar ao texto. São 144 emendas. O relator, Izalci Lucas [PSDB-DF], vai ter trabalho — afirmou o senador.

O presidente da comissão, deputado Diego Garcia (Podemos-PR), disse que pretende sensibilizar o governo antes da votação, prevista para quarta-feira. Ele disse que a comissão vai ouvir o ministro da Cidadania, Osmar Terra, na segunda-feira.

## Comissão pede dados sobre vazamento de óleo no Nordeste

Dois ministros devem prestar informações ao Senado sobre as manchas de óleo que desde o início de setembro atingem o litoral do Nordeste. A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou requerimentos com vários questionamentos para os ministros do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e de Minas e Energia, Bento Albuquerque. Além disso, a comissão fará uma audiência pública sobre o tema.

Segundo o autor dos requerimentos e presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), são mais de 60 municípios, em 9 estados.

## Vetada notificação de casos de suspeita de violência à mulher

Jair Bolsonaro vetou integralmente proposta que obrigava os profissionais de saúde a registrar no prontuário médico da paciente e comunicar à polícia indícios de violência contra a mulher. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/2017 foi aprovado em setembro pelos deputados, na forma do PL 2.538/2019.

De acordo com a mensagem presidencial, os Ministérios da Saúde e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos manifestaram-se pelo veto ao projeto alegando contrariedade ao interesse público.

## Obras da Irmã Dulce beneficiaram milhões de pessoas, diz Girão

Eduardo Girão (Podemos-CE) destacou a cerimônia de canonização de Irmã Dulce (1914-1992), no Vaticano, que passará a ser reconhecida no domingo como Santa Dulce dos Pobres. O senador disse que graças às iniciativas da religiosa católica, milhões de pessoas foram beneficiadas.

Girão ressaltou ainda sua participação, na quarta-feira, do lançamento do livro *Armas para quê?*, do pesquisador Antônio Rangel Bandeira, sobre desarmamento. Ele presenteou Paulo Paim (PT-RS) com um exemplar.



Jefferson Ruy/Agência Senado

## Rose de Freitas relata debates na ONU sobre direitos femininos

Rose de Freitas (Podemos-ES) registrou ontem a passagem do Dia Nacional de Combate à Violência contra a Mulher. Ela relatou sua experiência na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, nos Estados Unidos, quando constatou que a preocupação pelos problemas femininos é universal e que o mundo está mudando em relação aos direitos das mulheres.

A senadora destacou que a questão ambiental também ocupou muito espaço nas discussões.



Pedro Franco/Agência Senado

## Daniella exalta Campina Grande pelos 155 anos

A cidade de Campina Grande (PB), que comemora hoje 155 anos de sua emancipação política, foi homenageada por Daniella Ribeiro (PP-PB). A senadora destacou que vários artistas de expressão nacional nasceram ou fizeram carreira no local, que atrai os turistas pelas festividades que refletem o rico folclore da Paraíba.

Ela exaltou “o maior São João do mundo”, em que os campinenses recebem visitantes com boa música e uma “gastronomia típica, bem temperada e saborosa”.



Pedro Franco/Agência Senado

## Wellington registra realização de fórum do setor logístico

Wellington Fagundes (PL-MT) registrou o 17º Fórum Nacional para Expansão do Setor Logístico Portuário, que ocorreu em Brasília entre 8 e 9 de outubro.

Na opinião do senador, eventos desse porte evidenciam a capacidade de demanda do Brasil para todos os modais de transporte: rodoviário, ferroviário e aquaviário, incluindo a cabotagem e os investimentos em portos. Ele parabenizou o organizador, Fabricio Julião, que fará no ano que vem o Brasil Export.



Pedro Franco/Agência Senado

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luís Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Érica Ceolin  
**Coordenadora-geral:** Luciana Rodrigues  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado analisa regras para rateio do pré-sal entre estados e municípios

Dinheiro a ser dividido é uma parte do bônus de assinatura, no total de R\$ 106,56 bilhões. Estados e municípios receberão 15% cada um

FOI LIDO EM Plenário ontem o projeto que define o rateio, entre estados e municípios, de parte dos recursos do leilão de petróleo do pré-sal a ser realizado em 6 de novembro. O Projeto de Lei (PL) 5.478/2019 foi encaminhado à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAS). A expectativa é que o projeto ganhe urgência na tramitação.

O texto foi aprovado pelos deputados na noite de quarta-feira, fruto de um acordo entre Câmara, Senado e governadores, para que as regras atendam a todos os estados. O dinheiro a ser dividido é uma parte do chamado bônus de assinatura, que totaliza R\$ 106,56 bilhões. A estimativa de extração do bloco a ser licitado é de 15 bilhões de barris de óleo equivalente.

Do total do bônus, R\$ 33,6 bilhões ficarão com a Petrobras em razão de acordo com a União para que as áreas sob seu direito de exploração possam ser licitadas. Do restante (R\$ 72,9 bilhões), 15% ficarão com estados, 15% com os mu-



Câmara aprovou na quarta texto acordado com Senado e governadores

nicipios e 3% com os estados confrontantes à plataforma continental onde ocorre a extração petrolífera. Os outros 67% ficam com a União (R\$ 48,84 bilhões).

A proposta foi aprovada na Câmara na forma de substitutivo do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG). Segundo o relator, os governadores e os prefeitos acompanharam o debate para que se pudesse chegar a um consenso.

A área a ser licitada foi inicialmente concedida à Petrobras

(cessão onerosa), mediante pagamento, para extração de 5 bilhões de barris, mas novas sondagens descobriram que a reserva tinha mais cerca de 15 bilhões de barris. É esse excedente que será licitado.

O acordo prevê que o rateio entre os municípios seguirá os coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e que o rateio entre os estados obedecerá a dois parâmetros: dois terços proporcionalmente aos índices de repartição do Fundo de

Participação dos Estados (FPE) e um terço segundo os critérios de ressarcimento por perdas com a Lei Kandir, que impôs isenção de tributos de produtos exportados, e critérios do Auxílio Financeiro para o Fomento das Exportações (FEX).

O projeto permite aos estados e ao Distrito Federal usarem sua parcela exclusivamente para o pagamento de despesas previdenciárias, inclusive de estatais, exceto as independentes, e para investimento. Entretanto, para usar em investimentos, o ente federado deverá criar uma reserva financeira específica para pagar as despesas previdenciárias a vencer até o exercício financeiro do ano seguinte ao da transferência dos recursos pela União.

A principal mudança feita por Sávio no projeto original foi retirar a possibilidade de os recursos serem usados para pagar débitos previdenciários com o INSS parcelados nos termos da Lei 13.485, de 2017.

Com Agência Câmara

## Wagner destaca crescimento da esquerda em Portugal

O senador Jaques Wagner (PT-BA) destacou ontem, em Plenário, o resultado das eleições legislativas realizadas no domingo, em Portugal, que consagrou nas urnas os partidos de esquerda daquele país. O principal destaque é o Partido Socialista, que, na opinião do senador, teve uma "vitória extraordinária".

Jaques Wagner ressaltou ainda que a legenda de centro-esquerda obteve 36,6% dos votos, o que permite ocupar 106 das 230 cadeiras disponíveis na Assembleia da República.



Pedro França/Agência Senado

## Jean Paul cobra urgência para evitar fim do Fundeb

Jean Paul Prates (PT-RN) pediu ontem, em Plenário, urgência no trâmite das propostas de emenda à Constituição que tornam permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que se encerra em dezembro de 2020.

— O ideal seria o alinhamento entre os relatores para que se possa ter uma posição única a respeito do tema, isso viabilizaria uma agilidade bem maior aqui na sua aprovação — afirmou o senador.



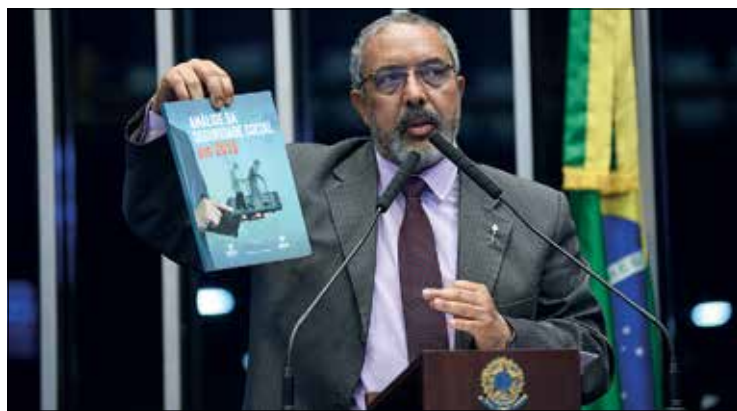
Pedro França/Agência Senado

## Reforma da Previdência começa a ser debatida em segundo turno

A reforma da Previdência passou ontem pela primeira das três sessões de discussão em Plenário, antes da votação definitiva em segundo turno. A maioria dos senadores ocupou a tribuna para criticar a proposta (PEC 6/2019).

Paulo Paim (PT-RS) disse que a reforma nos moldes da PEC não era necessária.

— Era necessária uma reforma de gestão, de fiscalização, de combate à sonegação que soma R\$ 600 bilhões por ano, por que não se faz nada para combater? Ou a apropriação indébita, de empregadores que recolhem dos trabalhadores e não repassam os recursos à Previdência e chega a R\$ 30 bilhões por ano? — questionou. Paim mostrou-se preocu-



Paim critica PEC e mostra livro da Anfi que analisa a Previdência

pado especialmente com a situação dos trabalhadores em atividades insalubres e perigosas. Com a reforma, poderá haver uma lacuna entre o limite máximo de atuação na atividade e o mínimo de idade a ser cumprido para ter direito ao benefício, disse.

Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu atenção à situação dos garimpeiros.

Zenaide Maia (Pros-RN) avaliou que a reforma não vai gerar emprego, não vai tirar privilégios e ainda vai atingir em cheio às mulheres, que, mesmo com jornada dupla, muitas

vezes tripla, e responsável pelo sustento de 3,5 milhões de lares no Brasil, precisarão trabalhar mais sete anos para conseguir se aposentar, aos 62 anos.

— A gente só vai alavancar se gerar emprego e renda.

Fabiano Contarato (Rede-ES) considerou a proposta de reforma "perversa e covarde". Ele disse que não votará a favor de uma PEC feita, segundo ele, para beneficiar banqueiros, empresários e a União com prejuízos aos mais pobres.

Já Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que a reforma é dura, mas necessária, e que aprová-la é o menor dos males, um passo a mais, uma janela para a saída da crise brasileira, que exige ainda ações no pacto federativo e na reforma tributária.

## Em lançamento de livro sobre a seguridade social, PEC recebe críticas

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promoveu ontem o lançamento do livro *Análise da Seguridade Social 2018*, editado pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Anfi). Durante o evento, senadores criticaram pontos da reforma da Previdência (PEC 6/2019).

A presidente da Fundação Anfi, Aurora Borges, explicou que o livro tem o objetivo de esclarecer a sociedade e ampliar o debate sobre temas da segu-

ridade, que reúne previdência, assistência social e saúde.

O presidente do Conselho Executivo da Anfi, Décio Lopes, explicou que até 2015 a seguridade sempre foi superavitária. A partir de 2016, contudo, a necessidade de financiamento vem sendo gradativa: R\$ 54 bilhões naquele ano, R\$ 56 bilhões em 2017 e R\$ 58 bilhões em 2018.

— Esse aumento, no entanto, não configura a necessidade de uma reforma previdenciária

como a proposta.

O senador Flávio Arns (Rede-PR) citou o governo de Fernando Henrique Cardoso, que desonerou mais de 20 mil pessoas que ganham acima de R\$ 350 mil por mês, isentando-as de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Para ele, se isso fosse consertado, não seria necessária uma reforma tão profunda, apenas ajustes.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão, fez a conta: — Isso são R\$ 100 bilhões

por ano, ou R\$ 1 trilhão em dez anos, que é o que o governo espera economizar com a reforma da Previdência.

Segundo Zenaide Maia (Pros-RN), para sair da crise, o governo deve investir na construção civil, gerando empregos e movimentando as indústrias de materiais. Fabiano Contarato (Rede-ES) questionou a validade de uma reforma da Previdência que, para ele, vem para tirar direitos de quem menos ganha.

Diplomatas indicados para cargo na Turquia, Eslováquia e Barbados passaram ontem por sabatina na Comissão de Relações Exteriores e agora aguardam votação em Plenário

# Colegiado aprova três candidatos a embaixador

A COMISSÃO DE Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem os indicados aos cargos de embaixador na Turquia, Carlos Ricardo Ceglia, na Eslováquia, Eduardo Gradilone Neto, e em Barbados, Vera Lucia Campetti. Os candidatos foram sabatinados na CRE e agora terão que ser aprovados em Plenário para que possam assumir os postos.

Ceglia afirmou que o mercado turco conta com uma presença marcante de empresas brasileiras e a atuação pode ser incrementada nos próximos anos.

— Já há uma capilaridade muito boa de empresas brasileiras lá. Metalfrio, Votorantim, Cutrale, BRF, Ambev, Antartica, Nitro Química e Elekeiroz, entre outras, responsáveis por um estoque de investimentos de quase R\$ 5 bilhões.

Outra vantagem para o Brasil nas relações com a Turquia são os superávits comerciais estruturais. Entre 2016 e 2018, as trocas bilaterais saltaram de US\$ 2,2 bilhões para US\$ 3 bilhões e o superávit brasileiro chegou a US\$ 2,3 bilhões no ano passado. Ceglia ainda

destacou o domínio do cenário político turco por Recep Erdogan, que assumiu o cargo de primeiro-ministro em 2003 e é presidente da Turquia desde 2014.

— Seu domínio está diretamente ligado às taxas de crescimento do PIB [produto interno bruto]. Desde 2003, o país cresce a uma média de 5,8% ao ano. O plano da Turquia é tornar-se uma das dez maiores economias do mundo até 2023. Hoje ocupa a 17ª colocação.

A despeito desse cenário nos últimos anos, a oposição a Erdogan tem se fortalecido. Nas eleições municipais do ano passado, venceu em 5 das 6 maiores cidades, incluindo Istambul e Ancara. Como informou Ceglia, o crescimento da oposição está ligado à crise de desvalorização da lira turca (a moeda do país), que atinge a economia desde 2018. A crise fez aumentar os índices inflacionários, afetou o crescimento do PIB e tem levado à dolarização de alguns setores da economia. Aspectos ligados a posturas interpretadas como autoritárias do atual regime e à

enorme presença de refugiados sírios também tem causado desgastes a Erdogan, disse.

## Acordo Mercosul-UE

O outro sabatinado, Gradilone Neto, destacou que a Eslováquia elegeu a ativista ambiental Zuzana Caputova para a Presidência da República, e o recente aumento das queimadas na Amazônia pode fazer com que o país vote a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE).

— Caputova é a ativista política mais popular da Eslováquia e é marcada por uma forte postura ambientalista. Ela assumiu a presidência em junho, e já temos sentido cobranças. Outra coisa que repercutiu muito lá foi a Operação Carne Fraca [da Polícia Federal, que investiga fraudes na indústria da proteína animal], que até hoje exige esforços da nossa embaixada buscando reverter prejuízos nas exportações. O cenário é desafiador — disse.

As regras europeias determinam que um acordo só pode ser fechado se tiver o apoio de

todos os 28 países que formam o bloco.

Para Gradilone Neto, cabe agora à representação brasileira no país levar esclarecimentos às autoridades eslovacas sobre a “real situação do Brasil” no que se refere às suas estratégias ambientais. Um ponto que conta a favor da ratificação do acordo Mercosul-UE é que 244 empresas da Eslováquia hoje exportam produtos para os quatro países do Mercosul. No total, 5 mil empregos diretos na Eslováquia estão ligados às exportações ao Mercosul, se somados a empresas de outros países lá instaladas que também exportam.

Em relação à economia, o país do Leste Europeu apresenta um quadro “pujante, com altas taxas de crescimento”, nas palavras do diplomata.

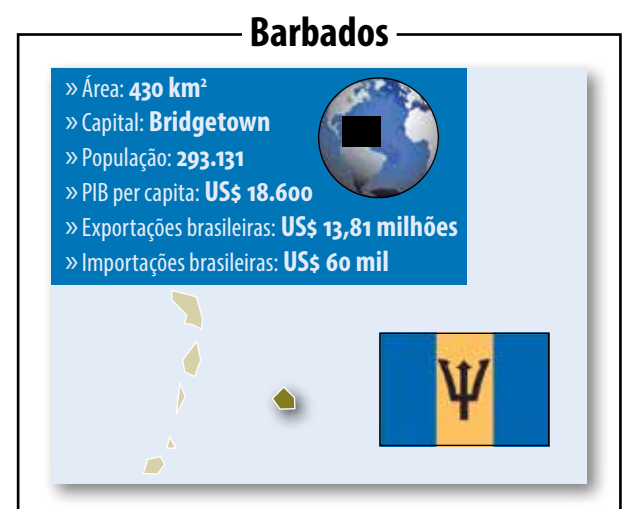
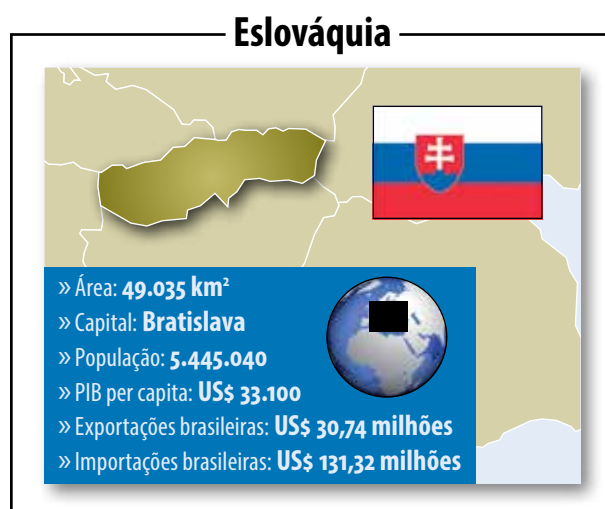
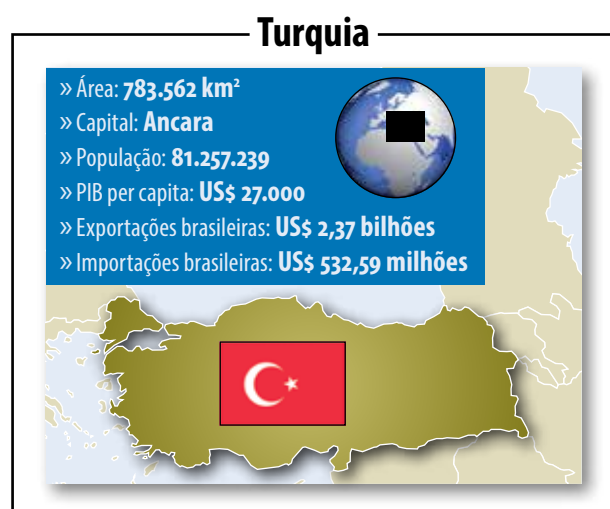
## Paraísos fiscais

Já Vera Lucia destacou que 21% do PIB de Barbados provém da presença de mais de 40 mil empresas *off-shore* na nação caribenha. Essas empresas são abertas por estrangeiros em países conhecidos como

paraísos fiscais, onde há pouca ou nenhuma tributação sobre os recursos. Organismos de combate à corrupção e a atividades criminosas de diversos países enfrentam dificuldades investigativas nos casos que envolvem recursos aplicados nos paraísos fiscais, disse Campetti.

— Só agora em 2019 a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] tirou Barbados da lista de países não cooperativos. Mas a medida é temporária, desde que Barbados mude a legislação, acusada de falta de transparência. Barbados fez uma reforma tributária tentando se alinhar às normas da OCDE, determinando alíquotas básicas de 5%. O Brasil também incluiu Barbados na lista de jurisdições favorecidas da Receita Federal, o que, na prática, bloqueia que negociemos um acordo para evitar a bitributação, que Barbados gostaria de assinar conosco.

Jaques Wagner (PT-BA) apresentou, na reunião, parecer favorável à indicação de Claudio Gabaglia para a chefia da embaixada em Bahamas.



Fonte: CIA World Factbook e Ministério da Economia

## Causar desastre ambiental pode se tornar crime de ecocídio

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o projeto que tipifica o crime de ecocídio, quando a pessoa causa desastre ambiental com destruição significativa da flora ou mortandade de animais.

O relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) foi lido ad hoc por Jaques Wagner (PT-BA). O PL 2.787/2019 segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta foi apresentada por deputados da comissão externa da Câmara destinada a fiscalizar barragens e acompanhar as investigações relacionadas ao rompimento da barragem de Brumadinho (MG), ocorrido em janeiro.

O texto muda a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605, de 1998) e estabelece pena de reclusão de 4 a 12 anos e multa para o

ecocídio. Se o crime for culposo, quando o autor não tiver a intenção de provocá-lo, a pena será de detenção de 1 a 3 anos e multa. No caso de o acidente provocar morte de pessoa, a pena será aplicada independentemente da prevista para o crime de homicídio.

O projeto busca ainda atualizar os limites da multa ambiental. Outro crime previsto no texto é o de dar causa ao rompimento de barragem por descumprimento de legislação, norma técnica, licença e suas condicionantes ou de determinação da autoridade ambiental e da entidade fiscalizadora da segurança de barragem.

Nesses casos, a pena será de reclusão de 2 a 5 anos e multa. No crime culposo, a pena cai para detenção de 1 a 3 anos e multa.

## Debate sugere melhorias em agricultura sustentável

O Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, conhecido como Plano ABC, é eficiente, mas carece de aperfeiçoamentos. A avaliação é de especialistas que participaram de audiência da Comissão de Meio Ambiente (CMA) ontem. A reunião é parte de um ciclo de debates para instruir a política pública sobre mudança do clima.

A política é um dos principais compromissos assumidos pelo Brasil para reduzir emissões de gases de efeito estufa. São ações do governo para fomentar o uso de tecnologias sustentáveis e incentivar a manutenção da renda via atividade agrícola.

Para o coordenador de Políticas Públicas do Imaflo, Marcelo de Medeiros, apesar de ser uma agenda positiva, o Plano ABC precisa apresentar melhorias na próxima década:

além de aumento no volume de recursos, mais estudos sobre a efetividade da política e mais foco na recuperação de áreas degradadas.

— O Plano ABC não deveria ser uma pequena porcentagem do Plano Safra e do Programa Nacional de Agricultura Familiar. Se os programas adotassem critérios de baixa emissão e alto sequestro de carbono, seria uma grande vitória porque, além de retorno econômico, as práticas dão grande retorno ambiental — disse Marcelo.

A sócia-gerente da Agroicone, Leila Harfuch, defendeu uma revisão do Plano ABC com foco na inclusão de novas tecnologias. Ela também sugeriu captar recursos de fundos internacionais.

O pesquisador da Embrapa Pedro Machado informou que, em 2018, o país já alcançou

77% da meta para 2020 (27,6 milhões de hectares), com redução de 154 milhões de toneladas de carbono, o que significa 94% da intenção.

O pesquisador defendeu a sinergia entre outras políticas públicas edisse que metodologias como a liberação de coordenadas geográficas para que os bancos consigam fiscalizar o uso da verba pública ajudarão no avanço do Plano ABC.

Para o diretor da Associação Brasileira do Agronegócio, Eduardo Bastos, o Plano ABC mostra que o agronegócio é benéfico. Ele reforçou a necessidade da implantação de mais tecnologias no campo, ressaltando ganhos dos sistemas integrados de produção. Para Bastos, regularização ambiental e fundiária e assistência técnica e rural ajudarão a tornar o programa mais robusto.